

AFIRMAÇÃO DO PÓLO EUROPEU NA CONCORRÊNCIA GLOBAL: redefinição e contradições nas hierarquias internacionais

*Luciano Vasapollo*¹

(Tradução: *Flávio Bezerra de Farias*)

RESUMO

Análise das relações entre o capital e o Estado no imperialismo contemporâneo. Discutem-se essas relações quando a afirmação do polo Europeu na escala mundial implica conflitos nos domínios econômico, político e militar, ou seja, como resultado da forma hegemônica de exploração e dominação.

Palavras-chave: Imperialismo. Estado. Globalização.

1 INTRODUÇÃO

Hoje, ocorre um fenômeno que se manifesta como aspecto do modo de produção capitalista, num de seus âmbitos específicos. Trata-se da denominada globalização neoliberal, que passa pela divisão internacional do trabalho, ou seja: através da distribuição da fase da cadeia da produção em muitos países, das hierarquias produtivas internacionais e, portanto, dos fluxos de câmbio, da financeirização da economia e da chamada interdependência entre os muitos países — que na realidade representa, simultaneamente, um modelo e um processo de concorrência entre eles. Entretanto, a denominada globalização neoliberal é uma tentativa do capital de solucionar a crise de acumulação — a qual já se apresenta com toda a sua força desde os anos 70 — que também determina, dessa maneira, a estrutura e as dinâmicas das modalidades atuais do imperialismo. Os países imperialistas devem responder aos processos do capital financeiro internacional que, mais ainda do que antes, é o meio de manifestar o caráter mundial do capitalismo, na sua busca de superlucro. Por isso, a análise de Marx (1975) sobre o modo de produção capitalista, com a explicação científica da exploração e das crises, bem como a estrutura teórica de Lênin (1975) sobre os elementos básicos do imperialismo, são plenamente válidos e coerentes para analisar a fase atual do desenvolvimento capitalista e os conflitos interimperialistas.

O fenômeno designado por globalização neoliberal assumiu sua especificidade, na escala mundial, através da disposição de novos meios de comunicação, cada vez mais eficazes, e de um enlace cada vez mais estruturado com os sistemas informativos. As novas tecnologias de comunicação já fazem com que as

¹ Professor da Faculdade de Ciências Estatísticas da Universidade La Sapienza, Roma, Itália. Diretor científico do Centro, Studi Transformazioni Economico-Sociali (CESTES) e da revista PROTEO. E-mail: (cestes@tin.it)

diferentes organizações da produção percam uma parte de sua especificidade e as relações não se operem entre Estados isolados, mas entre áreas geoeconômicas (HELD; MCGREW, 2000). Progressivamente, isto vai determinando uma forte caracterização do nomadismo internacional das empresas que, através das cadeias produtivas internacionais, desenvolve, além do desemprego estrutural, formas de emprego mal remunerado, sob reduzidas regulamentações e garantias, que são formas precárias e com diferencial ampliado de salário e renda no seio dos trabalhadores (intelectuais e especializados, de um lado; e, do outro, manuais e repetitivos. A revolução informática e a difusão de novas formas de organização do trabalho (LIPIETZ, 1997) não derivam de uma situação de saúde do capitalismo, mas de uma crise: é o modo de frear as perdas tanto com um incremento de produtividade do trabalho, quanto com a criação de novos mercados.

A primeira parte deste texto aborda a especificidade tanto do imperialismo atual, quanto de sua forma estatal. A segunda parte aborda, em particular, a redefinição e as contradições das hierarquias internacionais, diante da afirmação do polo europeu na escala mundial.

2 A FENANCEIRIZAÇÃO, o IMPERIALISMO E O WELFARE STATE

Até os anos 70, o keynesianismo e o planejamento econômico influenciaram sobre a economia (MATTICK, 1980). Porém, a partir dos anos 80 e 90, o monetarismo passou a dominar (GOWAN, 1999), lado a lado com o “mercado sem vínculos”. Na escala mundial, formou-se um elo entre a governança global e a assimetria do poder (DRACHE et al., 2001). A famigerada acumulação flexível, tal como foi definida por Harvey 1993), entra num embate direto contra os traços de rigidez do fordismo. Trata-se de implementar a flexibilidade dos processos produtivos, dos mercados do trabalho, dos produtos e dos modelos de consumo. Isto determina mutações no processo de desenvolvimento desigual entre setores e entre regiões geográficas, com um aumento vertiginoso no setor dos serviços e com o nascimento de indústrias em regiões subdesenvolvidas (AMIN, 1997).

O aumento da competitividade, da automação, do crescimento do capital constante e a diminuição do capital variável fazem com que a contradição que alimenta a queda dos lucros tenha a tendência de se colocar numa escala ampliada (MARX, 1975), e as propensões para a mundialização se fazem mais potentes. A massa de capital, que se torna cada vez maior, não encontra suficiente remuneração nos processos produtivos normais e se desloca para a especulação financeira (GOWAN, 1999).

No contexto atual, as condições que definem o imperialismo segundo Lênin (1975) não foram superadas, de modo algum. Portanto, o momento é de se estar na presença das condições típicas do imperialismo, também no chamado novo regime de acumulação baseado no paradigma da flexibilidade. Falta acrescentar a isso que, na realidade, existe um modelo pós-fordista (OHNO, 1993; CORIAT, 1993; BOYER; DURAND, 1993; REVELLI, 1997) que se associa a dinâmicas fordistas (GRAMSCI, 1975) e pré-fordistas (TAYLOR, 1975), complementando-se entre si (LIPIETZ, 1997). A sociedade da flexibilidade é governada pela fantasia, pela imaterialidade, sobretudo do dinheiro, do capital fictício (MARX, 1975), das imagens,

do efêmero, da casualidade, da flexibilidade nas técnicas de produção» nos mercados de trabalho e nas sinecuras de consumo. Com efeito, o pós-fordismo vive nas áreas e setores mais avançados, baseados em fases de produção de alto valor agregado, forte presença de muitos tipos de serviços, em entornos econômico-produtivos fortemente marcados pelo terceiro setor, emprego massivo do capital intangível para a produção dos recursos vinculados aos processos comunicativos. Adquire-se, assim, uma particular realização de dinâmicas de acumulação caracterizada fortemente pelo capital imaterial, a qual Lênin (1975, p. 724) define como “[...] fusão do capital bancário com o capital industrial, e criação, sobre a base deste ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira.” E, de fato, as repetidas crises financeiras que caracterizaram os últimos vinte anos (crise de endividamento externo, crise mexicana, crise asiática, crise argentina, etc.) têm revelado a grande vulnerabilidade do mercado de capitais, que se acentua ainda mais pela unificação internacional. Na década de 80, descortinou-se um aumento intenso das transações internacionais; o êxtase econômico devido à superprodução, e, portanto, ao subconsumo, provocou uma menor exploração das capacidades produtivas e uma diminuição dos equipamentos das empresas, que começaram a exportar capitais para o exterior, em particular, para a especulação financeira internacional. Trata-se do que Lênin (1975, p. 724) definiu como segue: “A exportação dos capitais, ao contrário da exportação de mercadorias, toma uma importância bem particular.”

No mercado de produtos, por exemplo, as empresas passaram de uma estrutura produtiva horizontal para uma estrutura de tipo vertical, com a consecutiva segmentação e concentração da produção e do capital.

O lugar onde se realiza a produção passa a ser determinado por este custo do trabalho, pela especialização dos trabalhadores, pelas infraestruturas. Já não é a posição geográfica, vinculada à exploração dos recursos materiais, que influencia a gênese e o desenvolvimento das implantações produtivas, mas os fatores econômicos, sociais e políticos relativos às dinâmicas do custo do trabalho e aos processos de criação dos monopólios. Trata-se do que Lênin (1975, p. 724) descreveu como “[...] concentração da produção e do capital, que alcançou um grau de desenvolvimento tão elevado que criou os monopólios, cujo papel é decisivo na vida econômica.” Em compensação, é no mercado financeiro que reside a mais impressionante globalização realizada nestes anos. Neste sentido, é que se evidenciou e se realizou uma das condições expressas acima por Lênin na definição do imperialismo. Tornou-se surpreendente a diferença entre o aumento das exportações de mercadorias e o crescimento e a mobilidade dos capitais. Basta considerar que, de acordo com as estatísticas da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), de 1964 a 1992, a produção nos países “capitalistas avançados” cresceu de 9%, as exportações de 12%, enquanto que os empréstimos internacionais aumentaram de 23%. Atualmente, as especulações financeiras deslocam diariamente somas gigantescas de divisas de um ponto para outro do planeta. As grandes empresas industriais, que antes se incluíam no grupo das dez primeiras do mundo, foram sendo substituídas pelas empresas financeiras (por exemplo, fundos de pensão dos EUA e do Japão). Além disso, os capitais se deslocam, sobretudo, entre a Europa, os EUA e o Japão, enquanto que apenas 15% dos traslados se realizam nos mercados emergentes. No quadro da mundialização

mercantil atual, o objeto das especulações financeiras reside apenas nas divisas, e não, como ocorreu nos anos 80, nas oscilações dos preços das mercadorias. Somente em 1999, o valor total de todas as atividades financeiras dos principais países capitalistas (membros da OCDE) foi estimado num valor correspondente a 360% do Produto Interno Bruto desta área. O controle das divisas e o capital financeiro permitem determinar as cotações dos câmbios e, portanto, acumular ganhos cada vez mais elevados; apenas isto provoca um movimento “fictício” da mais-valia entre capitais e, sem existência real, ou seja, determinada pelas mercadorias.

Neste contexto, os instrumentos da política keynesiana e pós keynesiana tornam-se ineficazes, posto que inexistente um certo espaço econômico fechado, que permitiria o controle dos movimentos de mercadorias e moedas nas fronteiras. Opera-se, deste modo, um traslado de uma parte da soberania nacional para organismos mundiais como o como a Associação Norte-americana de Livre Comércio (NAFTA), a Área do Livre Comércio entre Brasil, Paraguai e Argentina (MERCOSUL), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); e também é por isto que nasce a União Europeia (EU), que foi favorecida tanto por sua rápida consolidação enquanto área econômico-comercial, quanto como área monetária realmente existente.

A lógica de um mercado na escala mundial, além de não ter nenhum respeito pelos direitos humanos, o entorno e a qualidade de vida, flexibiliza e torna precária a existência dos seres humanos, aumenta as massas de pobres e de novos miseráveis, mas ao mesmo tempo aumenta, em vez de diminuir, a concorrência global entre polos geopolíticos e geoeconômicos, entre áreas monetárias, agudizando novamente os termos do conflito interimperialista (MEZÁROS, 2001).

As potências imperialistas como a França, a Inglaterra e os EUA têm trocado dominação política por dominação econômica fundada sobre novas relações comerciais e financeiras de dependência (NYE JÚNIOR, 2002). O capitalismo precisa deste neocolonialismo; de fato, dos anos 50 aos anos 70, as potências ocidentais aceitaram a descolonização política do Terceiro Mundo, somente porque elas estavam certas de poder manter a mesma hegemonia econômica sobre os mercados internacionais.

A globalização neoliberal, ou seja, a internacionalização da economia, condiciona o mercado financeiro, produtivo e monetário, assumindo desde logo as características da concorrência global. A crise de superprodução de capitais e mercadorias, a financeirização da economia, a demolição de tudo que se opõe à máxima circulação dos capitais e aos investimentos e, portanto, à exploração dos mercados através da consolidação dos monopólios e da concentração do capital, constituem o retrato da fase atual do imperialismo. A concorrência global representa o novo sistema de exploração tecnológica, científica, econômica e social na escala mundial, que evidencia o modo atual de se apresentar da divisão internacional do trabalho e das desigualdades entre as classes, em um âmbito de conflitos interimperialistas, econômico-financeiro-comerciais e guerreiros. O processo de globalização neoliberal traslada os poderes do Estado nacional para as instituições supranacionais, para as comunidades locais e para a auto-regulação do mercado

transnacional; mas isto não comporta o desmantelamento dos próprios Estados nacionais, com seus poderes e suas contradições internas e, sobretudo, externas relativamente aos organismos supranacionais e às entidades polares de natureza geoeconômica e geopolítica.

As tendências que se manifestam há vários anos têm que ser interpretadas como o sinal de maturidade de um novo e amplo regime de acumulação mundial, de caráter flexível, cujo funcionamento está submetido às exigências e às prioridades do capital financeiro privado extremamente concentrado. Porém, como está sempre em busca de 'estabilidade' político-econômica e de novas áreas de intervenção, o capital internacional em suas diferentes configurações necessita, de todo modo, reengendrar investimentos produtivos que sejam funcionais e tenham sua saída e sua força no imperialismo de caráter militar.

3 A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E A AFIRMAÇÃO DO PÓLO EUROPEU

Após a Segunda Guerra Mundial, para manter um papel hegemônico, os Estados Unidos impuseram sua hegemonia perseguindo três objetivos político-militares principais, que consistiram no seguinte: 1º controlar a potência da União Soviética; 2º obstaculizar as transformações políticas e sociais nos países mais pobres e naqueles de nível intermediário de desenvolvimento, como na América Latina; 3º manter um controle estreito sobre os países ocidentais aliados.

O primeiro objetivo foi alcançado com a queda do Muro de Berlim. Surgiu, porém, outro problema porque estes países iniciaram, sobretudo, o desenvolvimento de suas relações comerciais com a União Europeia, determinando uma verdadeira área monetária baseada no euro. No atinente ao segundo objetivo, ou seja, o de obstaculizar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, pode-se dizer que o objetivo foi alcançado em primeira instância: de fato, estes países são controlados através tanto de suas enormes dívidas, quanto de organismos internacionais dominados pelos EUA, como o FMI e o Banco Mundial. Os países do Terceiro Mundo de maneira nenhuma estão integrados no novo sistema produtivo globalizado, salvo algumas exceções. Também, o mito dos 'novos mercados emergentes' deve ser refutado, porque os fatos o contradizem. Um estudo do Financial Times (janeiro de 1999) demonstra que, dentre as 500 maiores empresas do mundo, somente 26 (5% do total) podem ser consideradas como dos países emergentes, ou seja: América Latina, Ásia, África e Oriente Médio. A partir de 1999, muitas destas empresas, falidas por causa de crises econômicas, foram 'conquistadas' pelos países europeus ou pelos EUA, tornando-se associadas dos grandes grupos europeus e estadunidenses. Mas, do mesmo modo como está claro qual foi o papel do imperialismo estadunidense nessas áreas, também é verdadeiro que, sobretudo na América Latina, algumas contradições estão amadurecendo. Alguns países, além de Cuba, estão se caracterizando fortemente por serem anti-imperialistas em níveis dos governos e dos movimentos de oposição. Por exemplo, na Venezuela, na Colômbia, no Brasil e em toda a América Latina cresce o dissenso organizado contra a política e a economia estadunidense, como se observa no amplo movimento contra a ALCA. A América do Sul já não é o "tranquilo quintal de casa dos EUA" e, nessa área, dificilmente o imperialismo estadunidense poderá solucionar pacificamente as contradições, inclusive porque o interesse imperialista europeu também se faz cada vez mais

persistente. O terceiro objetivo, ou seja, aquele de manter sob controle os países ocidentais aliados, se choca cada vez mais com a constituição do novo polo europeu que, através da União Europeia e da constituição da moeda única, se opõe ao imperialismo dos EUA. Assim, surgem reais conflitos de interesse econômico entre os dois polos, já que a presunção imperialista europeia necessita de seus espaços de sobrevivência a partir dos objetivos expansionistas do eixo franco-alemão. A construção de uma Europa econômica criou sérios problemas para os EUA, que se encontram no dever de afrontar um novo e bem constituído polo com fortes sinais imperialistas, ainda que a falta de uma completa constituição política e de uma articulada força militar central os debilitem de alguma forma.

A contradição determinada pela busca dos três objetivos analisados acima faz com que os EUA tenham cada vez mais o desenvolvimento econômico da Europa, porque sentem que esse desenvolvimento poderia desafiar sua supremacia militar, econômica, monetária e ideológica em todo o ocidente. Hoje, de fato, a Europa já não é uma área dependente; a nova situação do leste europeu, de um lado; e, do outro, a crise asiática reforçaram o polo econômico europeu. Desde a própria construção da Europa de Maastricht, já se iniciou a determinação concreta de uma intenção de criar uma nova hegemonia europeia em setores estratégicos como as novas tecnologias, as telecomunicações, os bancos e os seguros. Além do mais, tem que ser considerada a nova posição europeia em termos de iniciativa bélica (por exemplo, a posição da França e da Alemanha na guerra contra o Iraque), como uma tentativa por parte do polo europeu de reequilibrar, com sua ascensão econômica, o poder militar estadunidense e de limitar a sua hegemonia.

Neste contexto tem que ser inserido o imperialismo britânico, que se coloca no centro dos polos, explorando suas contradições para reforçar sua posição. Mas o polo imperialista europeu ainda tem fortes limitações, especialmente, em razão do fato de que, até agora, só se desenvolveu uma centralização econômica, sem se completar em termos políticos e, sobretudo, militares.

Interpretar a fase atual de desenvolvimento do capitalismo significa analisar os mecanismos de gestão da crise do modelo fordista e as modalidades de articulações com que se manifestam as diferentes fases do imperialismo, com vistas a evitar uma imensa desvalorização do capital e, ao mesmo tempo, a manter o domínio mundial (ALBRITTON et al., 2001).

Tais processos passam por uma forte aceleração com a criação do euro, a qual induz efeitos detonantes nos equilíbrios internacionais, que colocarão em evidência a mando confiado à única superpotência, os EUA, apesar das ambiguidades e dos limites de caráter interno à UE na primeira fase de seu nascimento. Abstração feita dos conflitos de interesses, a Europa do euro é, em todo caso, uma escolha no âmbito da lógica de partição imperialista liderada pelos princípios de superação da globalização e da fase, que lhe é própria, imperialista unipolar — isto é, da fase de 'superimperialismo' dos EUA, que prevaleceu desde a segunda metade dos anos 80 até os primeiros anos 90. Em todo caso, a partir de seu nascimento, a hipótese de uma Europa unida começou a se medir relativamente ao polo dos EUA, para poder atender a projetos diferentes ou mesmo em confronto: desde o estreito domínio social de caráter financeiro e econômico dentro das fronteiras estatais e comunitários atuais,

até a tonalidade do papel geopolítico mundial, que é disfarçada por meio de critérios 'étnicos', religiosos ou socioeconômicos, mas que é determinada, na realidade — inclusive na fase atual de guerra infinita ao terrorismo 'internacional' —, por lógicas de polarização imperialista, com a vontade dos EUA de retornar à era de ouro do 'superimperialismo'.

Assim, começa a fase aberta da concorrência global entre polos imperialistas. A Europa faz entender, por todos os modos, aos demais blocos geoeconômicos que as áreas de crises dos Balcãs, de toda a Europa Centro-Oriental e do Mediterrâneo, e até mesmo da Eurásia, têm que ser de sua hegemonia. Estão em jogo os recursos humanos e materiais estratégicos para o desenvolvimento capitalista dos próximos anos. Neste âmbito, a UE deve ou, pelo menos, deveria desempenhar seu papel (e, portanto, o euro) com uma função de domínio, inicialmente útil também para os EUA, sobre toda a Europa do Leste, ou melhor, e mais em geral, sobre a Eurásia, para conquistar os recursos estratégicos como o petróleo, o metano, assim como a força de trabalho especializada, mas de baixo custo.

Foi declarada a guerra contra o Iraque para combater o "terrorismo internacional" (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidência, 2002; 2003), para encontrar as armas químicas, para manter o controle sobre o petróleo ou falta ainda buscar os verdadeiros motivos em outro âmbito? É possível pensar que atrás da invasão do Iraque há, na realidade, o temor dos EUA de que seu predomínio sobre o mundo possa ser ofuscado pela União Europeia e sua moeda?

De acordo com uma análise feita na revista estadunidense *The Sierra Times*², tem que ser considerado algo diverso do que foi levantado acima, ou seja: o temor de que os países produtores de petróleo utilizem para seus câmbios o euro no lugar do dólar. Ao observar os anos passados, é possível que se recorde a ocasião em que as crises petrolíferas de 1973 e 1979 foram utilizadas pelos EUA para debilitar a denominada "Serpente Monetária Europeia", e, mais recentemente, o Iraque.

As tensões entre Europa e Estados Unidos sobre a relação de câmbio entre o dólar e o euro, bem como a fase atual sobre a estratégia atinente à guerra contra o Iraque e o seu denominado pós-guerra, apontam como sendo cada vez mais imperiosa a concorrência entre os polos.

Tanto é verdade que com a guerra contra o Iraque se manifesta em toda a sua complexidade o conflito imperialista entre os EUA e a União Europeia, quanto este conflito interimperialista já eclodiu com a chegada do euro, que tirou o monopólio do dólar nas relações internacionais, com forte capacidade atrativa dos capitais internacionais, com a anexação dos mercados do leste europeu e, como tendência, com a forte ambição expansionista na Eurásia ampliada.

É por isso que a sorte do euro está fortemente condicionada ao contexto externo, atinente, seja aos mercados financeiros no mundo, seja à política monetária dos EUA. De qualquer modo, enquanto a conjectura euro continua a tomar consistência e a se delinear como instrumento de guerra comercial, os Estados Unidos, por sua vez, tratam de fazer o possível para sufocá-la. Para os

² 'The Sierra Tims. Disponível em:<[http:// www.sierratimes.com/03/02/07/arpubwc020703htm](http://www.sierratimes.com/03/02/07/arpubwc020703htm)>.

estadunidenses a melhor Europa possível tem que ser unida sob o domínio dos EUA e por isso atuam para integrá-la suficientemente dividida, para que ela não possa se afirmar como superpotência concorrente. Os EUA, portanto, temem uma moeda destinada a favorecer as exportações europeias e, com o tempo, a amenizar o papel do bilhete verde como divisa de reserva mundial. Também, os fenômenos financeiros vinculados à mundialização financeira são eixos do projeto da União Europeia, pela maneira como foi se constituindo; e a vontade de um pleno e indiscutível controle sobre as muitas situações econômicas e sociais em nível mundial faz crescer a oposição estadunidense à União Europeia. Os EUA e a Grã-Bretanha tomam especialmente consciência de que é tempo de assistir ao avanço da crise na Europa, já que o seu grande mercado pode oferecer perspectivas de desenvolvimento neoliberais, como alternativa a um polo imperialista anglo-estadunidense, cujo peso está diminuindo nas áreas da Europa Centro-Oriental, da África Mediterrânea e de muitos países da Ásia Central.

Na América Latina, a situação também mudou: na Venezuela, quarto produtor mundial de petróleo, se manifestou a possibilidade de passar ao euro como divisa das provisões de petróleo; existem, pelo menos, dez países latino-americanos, inclusive Cuba, que entabularam a conclusão de acordos de troca que debilitam ainda mais o dólar.

Este quadro haverá de aumentar o papel da França e da Alemanha que, pela primeira vez, rechaçaram firmemente as políticas dos EUA, opondo-se claramente a elas. A Rússia também declarou, prontamente, que deseja substituir grande parte dos dólares de suas reservas monetárias por euros, bem como a China, que continua atuando cada vez mais em sintonia com a União Europeia.

Um dos pilares da economia estadunidense consistiu em controlar as exportações de duas grandes potências, a saber: a Alemanha e o Japão. Com a deserção da Alemanha, surgiu um sério problema para os EUA. Na ocasião, eis a solução que lhes resulta: a guerra infinita!

Então, entre os dois polos imperialistas se instalou a “guerra” para controlar os Bálcãs, a Europa do Leste, a Eurásia, assim como o Oriente Médio e a Ásia Central, que são territórios fundamentais para os novos equilíbrios internacionais e para diferir uma crise econômica de acumulação e de superprodução cada vez mais estrutural.

Aqui se realiza a condição fundamental colocada por Lênin, sobre a qual se falou acima: hoje, o imperialismo se elucida cabalmente pelo domínio do mundo exercido pelos muitos polos, das muitas áreas monetárias, confrontados entre si.

Pode-se imaginar um cenário para o século XXI no qual há, de um lado, os EUA e o Japão, pois o primeiro seria seguido pelo segundo, por causa da debilidade econômica deste, que persiste há anos; do outro lado, a Europa ao lado dos países do Leste, incluindo a Rússia e grande parte da Eurásia.

É esta Europa que dever ser inserida no contexto do novo imperialismo, no qual vão se reforçando cada vez mais setores estratégicos da economia, e se

caracterizando autonomamente através das dinâmicas do capital financeiro e dos grandes monopólios

Este papel da Europa pode emergir rapidamente, também porque há anos ocorre um forte desequilíbrio na economia dos EUA entre empenho militar e gasto econômico. Os outros polos geoeconômicos, representados pelo Japão, ou melhor, pela variável asiática, e pela União Europeia, privilegiaram, de fato, um avanço no campo econômico, enquanto que os EUA, ao contrário, estão cada vez mais submetidos a pressões devidas às escolhas de investimentos militares, que levam ao aumento da relação entre o gasto militar e o PIB; em razão de que somente por intermédio da economia de guerra os EUA esperam sair de uma crise de acumulação sem precedentes.

É com tais premissas que os EUA, diante da União Europeia, também passam da guerra econômica à guerra guerreada, como foi demonstrado pela guerra na Iugoslávia, depois no Afeganistão e, logo depois, no Iraque, explorando o fato de que na Europa continua a sua centralização econômica, mas lhe falta completamente a política e, portanto, a militar; também, contando para isto com o papel de 'gastador europeu' desempenhado pela Grã-Bretanha.

Se houve globalização, entendida como lógica unipolar de império, ela esgotou suas funções entre o fim dos anos 80 e a metade dos anos 90. A recessão e a decadência do "superimperialismo" dos EUA é bastante anterior ao dramático atentado de 11 de setembro de 2001. A decadência do império unipolar sob preceptorado dos EUA, o fim das formas específicas da globalização, já estava ocorrendo muitos anos antes desta data.

Há muito tempo, os EUA se encontram em forte dificuldade no plano econômico-político, pois entraram numa real recessão após 10 anos de crescimento econômico forçado e estimulado. Afirma-se, em todo caso, que a economia dos EUA apresenta claros sinais de debilidade; assim, mesmo que o mercado financeiro esteja altivo, há uma crescente estagnação dos setores tradicionais e a distribuição da renda piorou nos últimos anos. Hoje, a sociedade estadunidense está formada por uma vasta parte de população que vive no limite da pobreza, à qual se contrapõem em torno de 20% de privilegiados que possuem a imensa maioria da riqueza do país.

A recente guerra contra o Iraque custou aos EUA cerca de 80 bilhões de dólares e, até agora, não ocorreu nenhuma recuperação da economia estadunidense; para reduzir o déficit poderá ser necessária uma desvalorização progressiva do dólar, ainda que isto não seja algo facilmente realizável, posto que os EUA já estão acostumados a uma elevada taxa de importações.

Além disso, muitos investidores do Oriente Médio já não consideram seguro aplicar em fundos nos EUA, que já têm um déficit de 500 bilhões de dólares e necessitam de 1,3 bilhão de dólares por dia para manter seu próprio nível de vida.

Esta é a realidade da economia dos EUA. Também, no nível político-militar, sua hegemonia foi posta em questão pelos objetivos de afirmação e expansão geoeconômica do polo da União Europeia. Basta considerar a situação dos Balcãs e até da Ásia Central, a expansão econômica da União Europeia na Europa Centro-

Oriental, a gestão da guerra e do pós-guerra no Iraque, a constituição de um exército completamente autônomo no seio da União Europeia, as contradições operacionais e estratégicas entre os Estados Unidos e os países da União Europeia na gestão da redefinição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assim como de outros organismos econômicos e político-militares internacionais.

Então, é justamente através da guerra do dólar contra o euro, da crise petrolífera que teve os dirigentes estadunidenses como mentores, e da gestão da *New e da Net Economy*, no contexto geral de financeirização da economia, que os EUA procuram esconder a crise, nestes últimos anos, e assumem o seu papel de sufocar os objetivos de afirmação e expansionismo do novo polo europeu.

É importante observar que as trezentas inspeções no Iraque não encontraram nenhuma prova de presença das denominadas armas de extermínio em massa, nem qualquer vínculo com a organização Al Qaeda. Então, por que ocorreu a guerra? Será que não se trata do temor de que a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEC) passe do padrão-dólar ao padrão-euro? Na realidade, o governo de Saddam decretou sua própria condenação em 2000, quando decidiu converter em euro a reserva de dólares depositada na Organização das Nações Unidas (ONU), o fundo Petróleo contra Comida. Em 2002, o Irã substituiu pelo euro grande parte de suas reservas e, também, parece quase certa a mudança para o euro dos câmbios do petróleo; esta mudança permitirá estabelecer novas relações com a União Europeia.

O peso assumido pela União Europeia em relação aos outros países do mundo e, em particular, a crise do modelo unipolar sob preceptorado americano foi, sem dúvida, o motivo da extensão das áreas de influência e do relance das chamadas políticas de “estabilidade geoeconômica”, num quadro internacional de concorrência econômica, política e militar; extensão que se exerce como controle subordinado a uma hegemonia político-militar dos EUA relativamente à União Europeia; mas uma hegemonia que não tem mais a exclusividade sob o plano econômico. Desse modo, chega-se a uma guerra de dominação interimperialista, numa fase aberta da concorrência global entre polos imperialistas. Para satisfazer a ambição de manter uma situação de domínio absoluto, categoricamente, os EUA tanto têm a pretensão de apostar novamente no crescimento econômico, no plano interno, assim como e no seu papel “locomotor” econômico-financeiro, no plano internacional, quanto têm que saber combinar a dimensão geopolítica e militar com a geoeconômica.

O fim da globalização já assiste a um choque aberto entre os dois maiores polos imperialistas que buscam ampliar o domínio sobre o mundo inteiro, desestabilizando, em particular, as áreas de interesse estratégico, especialmente, a Europa Centro-Oriental, a área asiática da ex-União Soviética, ampliando o âmbito de intervenção até a Ásia Central para conter as ambições de superpotência da Rússia e a eventual construção do temível polo russo-sino-indiano. O objetivo primordial da concorrência global entre os polos é o de impor, por bem ou por mal, a doutrina de domínio baseada na instabilidade permanente, imposta com a “estabilidade política e econômica internacional”, ou seja: a estabilidade imperialista; depois, acertarão as contas internas pela supremacia de um dos polos, a União Europeia ou os EUA.

A saída através da gestão da crise reside em marchar segundo os parâmetros da sustentação da demanda e do domínio capitalista por intermédio de uma espécie de “macartismo globalizado” e de uma nova fase keynesiana. Isto é, desenvolver mais uma vez um keynesianismo militar como tentativa de solucionar ou, pelo menos, administrar a crise; por isso, a economia de guerra terá que ter caráter estrutural, isto é, ampla duração (com os cortes sobre os sistemas de aposentadoria, de saúde e do Estado social, com um novo ataque específico aos direitos civis, sociais e sindicais).

Uma economia de guerra para inverter amplamente a tendência em ato de forte crise de acumulação e com traços recessivos. Portanto, relance da demanda e dos investimentos, mas de caráter direta ou indiretamente militar (espionagem, segurança, novas tecnologias voltadas principalmente para a guerra).

Então, está claro que, como sempre, para evitar os riscos de uma recessão ou para sair desta, quando o capitalismo está em fase de crise, o instrumento capaz de solucionar os problemas é a guerra, que permite aos governos reativar a produção, gastar em produção de massa bélica e aumentar a intervenção pública na produção de massa (armas e produções relacionadas com elas), incitando, assim, os processos de acumulação a alcançar fortes ritmos.

Em 2002, os gastos militares dos EUA se elevaram a 400 bilhões de dólares, isto é, um valor relativamente superior ao de todos os outros países avançados, que representa mais do que o triplo dos gastos militares da União Europeia (115 bilhões de dólares).³ De acordo com o periódico *So1e24 ore* (num texto de 24/01/2002), as curvas do curso do ouro e os câmbios euro-dólar quase coincidem nos últimos quatro meses (nos anos 70 foram o preço do ouro e o do petróleo que cresceram com a conseqüente desvalorização do dólar em relação ao ouro); embora se considere que o euro ainda é uma moeda demasiado jovem para que esteja ancorado firmemente no ouro, está igualmente claro que o dólar vive com base na dívida com o exterior, enquanto que o euro tem suas contas econômicas em ordem. A economia dos Estados Unidos experimenta um endividamento enorme: o Estado, as famílias e as empresas têm uma dívida em torno de três vezes o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Uma diminuição dos gastos militares dos EUA incluiria uma profunda crise do sistema econômico estadunidense por inteiro e agravaria a crise econômica que já é forte, alcançando níveis talvez piores do que o de 29 (crise que na ocasião foi solucionada com o crescimento da indústria de armamentos tanto no curso como após a Segunda Guerra Mundial).

4 CONCLUSÃO

Assim, se chega — para além das diversidades de atuação entre os polos — a um novo modo de incitar os mecanismos de acumulação, hoje baseados certamente sobre atitudes financeiras e sobre os investimentos em immobilizações imateriais, mas também em busca de novas áreas de penetração, de novas saídas através dos investimentos produtivos funcionais ao paradigma da acumulação flexível

³ Sole 24 ore. Disponível em <http://editors.sipri.org/pubs/yb03/highlights.html>.

e da produção esbelta. Tudo isto num contexto de *Warfare*, derrubando os espaços residuais do Bem-Estar, com a guerra pós-global permanente como único cenário atualmente possível para incitar os processos de acumulação.

Agora, com a “guerra justa contra o terrorismo”, os EUA parecem capazes de buscar unificar e influenciar o mundo, para tentar um retorno à fase unipolar sob preceptorado estadunidense de “superimperialismo”. Mas isto não significa o fim da política de conflito entre polos geoeconômicos, realizado com atos contínuos de guerra econômica e política que assumem cada vez mais a forma de guerra guerreada pela afirmação das hierarquias. A solução da economia de guerra, mas também da política de guerra em suas diferentes determinações, será também aceita e conduzida, mais adiante, pela União Europeia. Mas isto significa, pelo menos momentaneamente, que a Europa assuma um segundo plano e papel, submetida à vontade estadunidense de retardar seu crescimento e afirmação, e, portanto, de buscar impedir, de todos os modos, a consumação dos objetivos hegemônicos e expansionistas da União Europeia, de ambicionar o relance das estratégias de globalização de um único grande império sob preceptorado dos EUA.

Entretanto, atualmente, não há espaço para o “superimperialismo” unipolar estadunidense, não há o contexto econômico apto, pois existe a forte concorrência de outros polos, e a potência militar dos EUA, embora predominante, não é suficiente nem capaz de se impor, mas evidencia, principal e claramente, as contradições interimperialistas. Isto porque a União Europeia não pode ver sufocados seus objetivos expansionistas e não pode aceitar um papel predominante dos Estados Unidos nos Bálcãs, na Eurásia e na Ásia Central, que são áreas de interesse estratégico para a Europa. De outro lado, a China, a Rússia, assim como a Índia e o Iran, não podem aceitar uma presença de longo prazo, com assentamentos militares com finalidade de conquista econômica, dos EUA, já que a Ásia constitui a área de sobrevivência e de expansão relativamente aos países emergentes.

Os EUA mantêm a sua hegemonia principalmente através do instrumento militar. Então, é lícito se perguntar: caso outros países da OPEC (como o Irã) também decidissem passar para o euro, poderiam ser os próximos países invadidos? Hoje, a guerra e a hipótese do keynesianismo militar seriam capazes de solucionar a profunda crise econômica dos EUA, que se associa a uma crise de hegemonia política, cultural e de civilização? Além disso, a crise seria apenas estadunidense ou estaríamos na presença de uma crise de caráter estrutural do capitalismo, exatamente nos processos de acumulação internacional e nas suas modalidades qualitativas e quantitativas de crescimento do modo de produção capitalista, tal como hoje se apresenta em suas diferentes modalidades de expressão?

É com estas questões, com estes cenários de mudança de fase, de conflitualidade inflamada entre a área do dólar e a área do euro, sempre com atenção na variável asiática (China, Rússia, Irã, Índia), com fortes inclinações expansionistas sobre a Eurásia e na Ásia Central, que no futuro imediato teremos que acertar as contas, num contexto no qual a concorrência global assumirá, cada vez mais, fortes atitudes político-estratégico de conflito interimperialista.

AFFIRMATION OF EUROPEAN POLE ON THE WORLD:
redefinitions and contradictions in the international hierarchy

ABSTRACT

This paper is an attempt to produce an analysis of the relationship between the capital and the State in the contemporary imperialism, when the affirmation of European pole on the world scale entail economical, political and military conflicts, namely, as a result of the hegemonic form of exploration and domination.

Keywords: Imperialism. State. Globalization.

REFERÊNCIAS

- ALBRITTON, Robert et al. Phases of capitalist development. Nova York: Palgrave, 2001.
- AMIN, Samir. Capitalism in the Age of Globalization. London: Zed Books, 1997.
- BOYER, Robert ; DURAND, Jean-Pierre. L'après-fordisme. Paris:Syros, 1993.
- CORIAT, Benjamin. Ripensare l'organizzazione del lavoro. Bari: Dedalo, 1993.
- DRACHE, Daniel et a. The market or the public domam. London: Routledge, 2001.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidência. The National Security Strategy of the United States of América. Washington, set. 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>>. Acesso em: 1 abr.2003.
- _____. National Strategy for Combating Ferrorism. Washington, fev. 2003 Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/counter_terrorism_policy.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2003.
- GOWAN, Peter. The global gambie. London : Verso, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del cárcere. Torino: Einaudi, 1975.
- HARVEY, David. La crise della modernità. Milano: 11 Saggiatori, 1993.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. The global transformations reader, Cambridge: Polity, 2000.
- LÊNIN, V. 1. Oeuvres cholsies. Moscou: Progrès, 1975.
- LIPIETZ, Alain. Economic restructuring: the new global hierarchy. In: JAMES, Paul et al. Work of the future: global perspectives. Sydney: Alien & Unwin, 1997.
- MARX, Karl. li capitale. Torino: Einaudi, 1975.

MATTICK, Paul. Economics, politics and the Age of Inflation. London: Merlin Press, 1980.

MÉSZÁROS, István. Socialism or barbarism: from the 'American Century' to the Crossroads. Nova York: Monthly Review Press, 2001.

NYE JÚNIOR, Joseph 5. O paradoxo do poder americano. São Paulo: Unesp, 2002.

OHNO, Talichi. Lo spirito Toyota. Torino: Einaudi, 1993.

REVELLI, Marco. La sinistra sociale: oltre la civiltà del lavoro. Torino: Bollati Boringhieri, 1997.

TAYLOR, F. W. Principi di organizzazione scientifica dei lavoro. Milano: Angeli, 1975.